

**Celso Antonio Pacheco Fiorillo**

**Renata Marques Ferreira**

**O Agronegócio**

**em face**

**do Direito**

**Ambiental**

**Constitucional**

**Brasileiro**

**As Empresas Rurais Sustentáveis**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2018

Copyright © 2018 by Celso Antonio Pacheco Fiorillo e  
Renata Marques Ferreira

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

F519a

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco.

O agronegócio em face do direito ambiental constitucional brasileiro : as  
empresas rurais sustentáveis / Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Renata Marques  
Ferreira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

220 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 201-206.

ISBN 978-85-519-0997-3

1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. 3. Empresa Rural.  
4. Agroindústria. 5. Direito Social. I. Ferreira, Renata Marques. II. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Capítulo I – O agronegócio como atividade prevista no âmbito a ordem econômica constitucional.....</b>	<b>1</b>
1.1. Introdução: conceito de atividade e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna .....	1
1.2. As atividades previstas no âmbito do direito constitucional brasileiro em face de diferentes circunstâncias normativas .....	2
1.3. Princípios gerais da atividade em face da ordem econômica constitucional: o trabalho humano e a livre iniciativa visando assegurar a todos existência digna.....	6
1.4. O agronegócio como atividade econômica em face do direito constitucional: a agricultura, a pecuária e o objetivo de produzir alimentos visando erradicar a fome em nosso País.....	10
1.5. O agronegócio como atividade econômica em face do direito constitucional: a agricultura e a pecuária vinculadas ao objetivo fundamental constitucional de garantir o desenvolvimento nacional .....	17
1.6. O agronegócio como empresa e sua função social.....	20
1.6.1. Direito social e função social .....	22
1.6.2. Função social no plano constitucional brasileiro: os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estruturando a função social no âmbito dos princípios gerais da ordem econômica .....	25
1.6.3. As empresas rurais (agronegócio) como atividade econômica e sua função social .....	26
1.6.4. Globalização dos mercados de bens ambientais e as empresas transnacionais: tutela jurídica das commodities em face das relações jurídicas internacionais .....	28

<b>Capítulo 2 – O agronegócio como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional e seus reflexos no direito ambiental constitucional.....</b>	<b>31</b>
2.1. A cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida da pessoa humana e a orientação do Supremo Tribunal Federal no que se refere à atividade econômica e seu exercício em harmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente.....	31
2.2. Gestão de risco no âmbito do agronegócio em face do direito ambiental constitucional: o uso dos bens ambientais em face do princípio da prevenção (Art. 225 da Constituição Federal) .....	41
2.2.1. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor e a avaliação dos custos das medidas de prevenção (ou precaução?) .....	45
2.2.1.1. Atividades de produção de bens e serviços com o uso de recursos naturais em face do princípio da precaução: incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos e exigências atribuídas ao Estado.....	47
2.2.1.2. O princípio da precaução e o novo conteúdo exigível no EPIA (Art. 225, parágrafo 1º, IV da CF) para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente .....	49
2.3. O agronegócio como atividade econômica no âmbito do art. 225 da Constituição Federal e seus reflexos no direito ambiental constitucional: o desenvolvimento sustentável, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.....	50

2.4. O agronegócio, seu objetivo maior de atuar no sentido de erradicar a fome produzindo alimentos e o objetivo constitucional de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais: o desenvolvimento sustentável (Art. 170, VI) .....	51
2.5. As atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e o estudo prévio de impacto ambiental (Art. 225, parágrafo 1º, IV) .....	60
2.6. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores a sanções penais e a sanções administrativas, bem como obrigação de reparar os danos causados (Art. 225, parágrafo 3º) .....	63
2.6.1. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais: o agronegócio em face dos crimes ambientais.....	64
2.6.2. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores a sanções administrativas: o agronegócio em face das atividades da Administração Pública destinadas a regular prática de atos ou mesmo fatos em razão de atividade vinculada a bens de uso comum.....	65
2.6.3. Atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores à obrigação de reparar os danos causados: danos ocasionados pelo agronegócio e dever de indenizar .....	69
2.6.3.1. Dano material, dano moral e dano à imagem: responsabilidade derivada de lesão aos bens ambientais .....	70
2.6.3.1.1. A lesão ao patrimônio genético de espécimes vegetal, fúngico, microbiano ou animal e sua indenização .....	71
2.6.3.1.2. A lesão ao meio ambiente natural e sua indenização: a lesão às águas interiores, superficiais e subterrâneas ao solo e subsolo, aos elementos da biosfera, à fauna e à flora .....	72

2.6.4. Responsabilidade objetiva do poluidor em face de lesão ambiental.....	73
2.6.5. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente .....	73
2.6.6. Danos ocasionados pelo agronegócio e dever de indenizar em face do direito processual ambiental.....	75
2.6.6.1. Direito de agir em face de lesão ou ameaça ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	75
2.6.6.2. O agronegócio e a legitimidade passiva nas ações ambientais: os poluidores.....	78

<b>Capítulo 3 – O uso de recursos ambientais pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro.....</b>	<b>81</b>
3.1. Os recursos ambientais como bens ambientais .....	81
3.1.1. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindividuais .....	82
3.1.2. Os bens ambientais em face de sua estrutura jurídica constitucional: bens essenciais à sadia qualidade de vida e de uso comum do povo.....	111
3.1.2.1. Bens essenciais à sadia qualidade de vida: Piso Vital Mínimo e a “tese” da “reserva do possível” (Der Vorbehalt des Möglichen).....	114
3.1.2.2 Bens de uso comum do povo .....	116
3.1.3. A natureza jurídica constitucional dos bens ambientais em face do direito constitucional de propriedade.....	117
3.1.4. Os bens ambientais atribuídos a entes federados .....	126
3.1.5. Bens ambientais no plano infraconstitucional: a classificação dos bens prevista na lei 10.406/02 (bens públicos e bens particulares) e os bens de consumo indicados na lei 8078/90.....	127

3.1.5.1. A distinção entre os bens públicos definidos em norma infraconstitucional e os bens ambientais definidos no plano constitucional: a interpretação do Supremo Tribunal Federal.....	128
3.2. O uso das águas pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro.....	131
3.2.1. Recursos hídricos no Brasil sua localização com relação ao solo: águas subterrâneas e águas superficiais .....	131
3.2.2. Irrigação e consumo de água pelo agronegócio .....	133
3.3. O uso do solo e subsolo pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro.....	135
3.4. Poluição das águas e do solo pelo agronegócio em face da saúde ambiental.....	145
3.4.1. Tutela jurídica da saúde ambiental em face do direito ambiental brasileiro: saúde pública, saúde ambiental e o conceito de saúde ambiental em face da Constituição Federal .....	145
3.4.2. Poluição em face da saúde ambiental.....	152
3.4.3. Agrotóxicos em face da saúde ambiental.....	155
3.5. O uso da fauna como bem ambiental pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro .....	157
3.5.1. Uso da fauna em face do bem estar dos animais.....	161
3.6. O uso da flora como bem ambiental pelo agronegócio em face do direito ambiental brasileiro .....	164
3.7. O uso do patrimônio genético de espécies vegetais, animais, microbianas ou de outra natureza: produtos transgênicos e clonagem em face do direito ambiental constitucional .....	166
<b>Capítulo 4 – O agronegócio em face dos crimes ambientais.....</b>	<b>175</b>
4.1. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica .....	176
4.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	178
4.3. Crimes contra o meio ambiente.....	179
4.3.1. Crimes contra a fauna.....	179

4.3.2 Crimes contra a flora.....	182
4.3.3. Crimes de Poluição e outros Crimes Ambientais.....	186
<b>Capítulo 5 – O agronegócio em face do direito ambiental tributário .....</b>	<b>189</b>
5.1. Direito ambiental tributário.....	189
5.2. Os tributos em face dos recursos naturais .....	194
5.2.1. O ITR ambiental .....	195
5.2.2. O ICMS ambiental .....	196
5.2.3. As Taxas Ambientais.....	199
<b>Bibliografia .....</b>	<b>201</b>